

PATRIMÓNIO ESCRITO EM PORTUGAL CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO *

HENRIQUE BARRETO NUNES

0. APRESENTAÇÃO

Para além da amplitude ou da ambiguidade que o conceito *património escrito* encerra, falar das "políticas de valorização do património escrito e das relações com os médias" em Portugal não é tarefa fácil, quando sabemos que *a situação existente nas bibliotecas e arquivos portuguesas, em matéria de*

* Texto de uma comunicação apresentada com o título de *Les politiques de valorisation du patrimoine écrit et les relations avec les médias au Portugal* ao Colóquio "Valorisation et Mediatisation du Patrimoine Écrit: un enjeu pour l'Europe" realizado em Roanne (França), em 7/8 Outubro de 1992, integrado nas manifestações do "Mois du Patrimoine Écrit", promovidas anualmente pela Fédération Française de Cooperation entre Bibliothèques.

Esta comunicação foi elaborada tendo como destinatário um público francês e concebida para um colóquio com características especiais, em que o termo *património escrito* é entendido num contexto extremamente amplo e por vezes ambíguo. Não serão de estranhar, portanto, referências ao património gráfico, a espólios de escritores ou a documentação contemporânea. Não foram, contudo, referidos os fundos arquivísticos, que mereceriam uma abordagem especializada para que o autor não se sentiu preparado.

*preservação e conservação, é caótica*¹ e que esta constatação é limitativa, à partida, de qualquer política coerente de valorização.

Por outro lado, também ainda não possuímos uma visão de conjunto do Património Escrito Português, dado que o projecto de Inventariação dos Bens Culturais Móveis foi lançado há um ano e ainda não há resultados definitivos, estando em fase embrionária o Inventário dos Fundos Bibliográficos de Valor Cultural Excepcional.

De qualquer modo, não é esta a ocasião para as habituais lamentações que os bibliotecários costumam fazer em circunstâncias semelhantes.

Existe, efectivamente, um programa mínimo de inventariação em execução e, em diversas instituições, as tarefas de preservação, conservação e valorização do património bibliográfico assumem carácter urgente. Em algumas delas têm sido realizadas acções pontuais de grande mérito e a formação neste domínio começa a ser encarada como prioritária.

Finalmente, a sensibilização dos diversos organismos envolvidos, e mesmo da opinião pública, através da acção da Imprensa, é uma realidade.

O conhecimento do património bibliográfico existente em Portugal, a sua inventariação, preservação, conservação e consequente divulgação e valorização são etapas necessárias e urgentes, indissociáveis e complementares para a afirmação da nossa identidade cultural, quando as fronteiras da Europa se vão abrir definitivamente.

1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Antes de entrar no tema da valorização do património escrito, acho necessário apresentar, num rápido relance, o processo da criação das principais bibliotecas portuguesas, onde maioritariamente esse património se encontra depositado.

A Biblioteca Nacional foi fundada em 1797, a partir das colecções formadas pelos Jesuítas e pela Real Mesa Censória, dependente da Inquisição, que reunia uma enorme parcela do património bibliográfico português existente na época, dado que qualquer livro que fosse publicado no país tinha que se submeter à sua aprovação.

Esse acervo inicial foi sucessivamente acrescentado com importantes aquisições, doações e incorporações obrigatórias das livrarias das congregações religiosas, extintas em 1834 e 1910.

Um incipiente Depósito Legal, em vigor já no séc. XIX, foi regulamentado sobretudo em 1931 e 1982, o que muito contribuiu para a formação de um vasto património bibliográfico nacional (cerca de 3 milhões de volumes).

A mais antiga biblioteca pública municipal portuguesa é a do Porto, criada

em 1833, em plena revolução liberal e foi constituída com os livros das extintas casas conventuais e a biblioteca de um bispo da cidade. Continuou a ser enriquecida com incorporações, doações e legados e é igualmente beneficiária do Depósito Legal desde o século passado. Possui actualmente mais de um milhão de volumes e importantes colecções de manuscritos, códices medievais e publicações periódicas.

Em Coimbra, a mais velha universidade portuguesa detém uma valiosa biblioteca, cuja origem remonta ao século XVI e que no século XVIII ficou a dispôr de instalações soberbas na célebre Biblioteca Joanina. Tem um riquíssimo fundo de livro antigo e é igualmente beneficiária do Depósito Legal, possuindo também cerca de 1 milhão de volumes.

A partir de 1834, na sequência do triunfo das forças liberais, foram criadas bibliotecas públicas nas capitais dos principais distritos portugueses, com a obrigação de recolherem as livrarias das ordens religiosas extintas, situação que se repetiu com o triunfo da República em 1910.

Foi o que se passou em Braga (um fundo antigo com cerca de 30 mil volumes), Évora (importante colecção de incunábulo e livros portugueses do século XVI), Ponta Delgada, etc.

Parte destas bibliotecas é ainda beneficiária do Depósito Legal desde 1931 (em Portugal existiam 18 bibliotecas com Depósito Legal até 1982, actualmente são 14, situação que irá ser brevemente revista).

Algumas bibliotecas de conservação devem ser ainda referidas, como a da Ajuda, constituída com a parte da livraria régia que escapou ao terramoto de 1755, a do Convento de Mafra, (do rei D. João V), a de Vila Viçosa, com a colecção que pertenceu ao Rei D. Manuel II, a da Academia das Ciências, etc.

Enfim, um património bibliográfico importante, mas mal conhecido e muitas vezes sem grandes condições de conservação, situação infelizmente comum a quase todas as bibliotecas portuguesas.

2. POLÍTICA DE INVENTARIAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

Nas actas do colóquio aqui realizado há um ano, a participante portuguesa deu conta dos primeiros passos do projecto de Inventário do Património Cultural Móvel que está a ser realizado em Portugal ².

Lamentavelmente o Estado português nunca tinha dado grande importância à inventariação do seu património cultural e algumas tentativas ensaiadas anteriormente não tiveram condições e meios para lhe garantir a continuidade e a eficácia – um “projecto de salvaguarda, revitalização e difusão

do património bibliográfico antigo", iniciado em 1977, acabou por não ter concretização efectiva, apesar do interesse dos bibliotecários que nele se empenharam³.

Só com a conclusão do processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia, a abertura das fronteiras em 1993 e a consequente liberdade de circulação de bens culturais, com a ameaça que tal representa para o património cultural não inventariado, se encarou seriamente este problema.

Assim, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, depois de um inquérito preliminar relativo aos bens culturais móveis existentes em bibliotecas, arquivos e museus públicos do país, foi delineada uma estratégia que assenta na actividade de equipas de jovens licenciados colocados em estabelecimentos culturais daquele tipo existentes nas capitais de distrito.

Nestes organismos, sob a orientação dos seus técnicos, essas equipas, infelizmente com uma formação técnica muito deficiente, procedem à identificação e descrição dos bens culturais móveis considerados de valor excepcional.

No caso das bibliotecas, 25 licenciados estão a realizar a inventariação dos incunábulos e códices iluminados, que depois de catalogados verão os seus registos introduzidos na PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos.

Foram já identificados cerca de 1500 incunábulos e o trabalho de catalogação e registo de dados bibliográficos deverá estar terminado no final do corrente ano. Prevê-se que no 1.º semestre de 1993 será feita a publicação do catálogo dos incunábulos existentes nas bibliotecas portuguesas, para o que está destinada uma verba de 10 mil contos. Entretanto foram também catalogados alguns núcleos específicos, como é o caso da colecção de sermões dos séc. XVII e XVIII da Biblioteca Pública de Braga, constituída por 5014 espécies nunca tratadas.

Este inventário está a ser financiado através de verbas comunitárias, pelo programa PRODIATEC e espera-se que venha a ter continuidade abrangendo também o património da Igreja e de outras instituições.

Entretanto foi lançado um segundo inquérito (anexo 1) para inventariar a maior variedade possível de fundos bibliográficos de valor excepcional e proceder posteriormente à sua correcta identificação e tratamento.

Prevê-se que no próximo ano sejam catalogados os impressos do séc. XVI, prosseguindo o trabalho segundo um critério cronológico.

O conhecimento exaustivo dos fundos antigos e de valor patrimonial conservados nas bibliotecas impõe que de imediato seja definido um plano nacional de salvaguarda.

A própria Biblioteca Nacional é a primeira a reconhecer que o mais dramático dos problemas que enfrenta é o da preservação, conservação e restauro das suas colecções, *do património bibliográfico português, por vezes único e insubstituível, posto à sua guarda*⁴.

Sem a conservação deste património, seria impossível responder a outro dos grandes objectivos da BN, que é o da difusão da cultura portuguesa.

Para dar resposta a tais necessidades, a BN dispõe de 3 áreas reunidas

no Plano de Preservação e Conservação (Área de Encadernação, Área de Restauro e Área de Microformas) que vão resolvendo algumas das situações que carecem de tratamento mais urgente ⁵.

E nas restantes bibliotecas portuguesas o problema assume ainda proporções de maior gravidade.

O património das bibliotecas portuguesas, se não forem tomadas medidas adequadas, encontra-se em perigo de morte ou pelo menos em vias de desaparecimento, pela usura do tempo, pela incúria dos homens, pelas condições de armazenagem, pelo mau estado de conservação dos suportes, pela consulta de que é constantemente objecto.

Impõe-se por isso uma política nacional de salvaguarda do património bibliográfico, que permita a melhoria das condições gerais de conservação, o adequado tratamento das espécies, o restauro dos fundos mais ameaçados ou mesmo a microfilmagem (para não falar do registo óptico) dos periódicos mais antigos. Isto implica a formação de técnicos especializados e a criação de centros de conservação e restauro, que não existem.

Sem dotações financeiras esta tarefa não será possível, este património não será conservado e, muito menos, valorizado. Assim, mais do que para Portugal, trata-se de um desafio para a Europa, no qual a cooperação poderá ter um papel importante a desempenhar.

3. O PAPEL DA “BAD”

A BAD, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, criada em 1973, não podia ficar alheia a este problema.

Ao longo dos anos realizou diversas acções pontuais, sobretudo no âmbito da formação de técnicos no domínio do livro antigo e da conservação.

Nos últimos tempos passou a dedicar maior atenção a esta situação, analisada, p. ex., na publicação de um número temático da sua revista (“Cadernos BAD”, 1991, 2) totalmente dedicado à *Preservação e Conservação* que incluiu 15 artigos de especialistas portugueses e estrangeiros, nas áreas das bibliotecas e dos arquivos.

Nela se aponta, p. ex., a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Preservação, enquanto alguns artigos falam de formação, e outros abordam situações pontuais.

Ao mesmo tempo foi amplamente distribuído por todas as bibliotecas e arquivos portugueses um cartaz que pretende sobretudo sensibilizar os profissionais para esta situação dramática.

No início de 1992 foi criado um Grupo de Trabalho em Preservação e Conservação (P e C) com os seguintes objectivos:

- 1 – Desenvolver no âmbito da BAD a consciência para os problemas da P e C nas bibliotecas e arquivos;
- 2 – Promover a formação profissional indispensável à instauração ou prossecução de acções no âmbito da P e C nas bibliotecas e arquivos;
- 3 – Intervir a nível nacional em acções conducentes à definição de uma estratégia global em matéria de P e C em bibliotecas e arquivos.

No 4.º Congresso Nacional dos Bibliotecários e Arquivistas, realizado em Março de 1992 em Braga, uma das secções foi reservada à apresentação de comunicações sobre o tema e realizou-se uma mesa redonda com a participação de grandes especialistas estrangeiros.

Da actuação persistente da BAD, que detém um importante capital de experiência e intervenções decisivas nesta área, esperam-se resultados frutuosos.

Na "Folha Informativa" do referido Grupo de Trabalho apontam-se já algumas acções concretas com vista à sensibilização dos profissionais do sector, de que se destaca, p. ex., um ciclo sobre a "vida do papel".

4. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ESCRITO E GRÁFICO

4.1 BIBLIOTECAS

As principais bibliotecas portuguesas, dentro das suas possibilidades técnicas e de pessoal e debatendo-se com fortes condicionalismos financeiros, têm procurado divulgar e valorizar o património de que são detentoras, através das actividades habituais neste tipo de instituições.

A Biblioteca Nacional (Lisboa) goza de uma sólida tradição na realização de exposições bio-bibliográficas que são sempre acompanhadas de catálogos bem elaborados e ricos de informação.

Ligadas a vultos ou acontecimentos marcantes da história e cultura portuguesas, estas exposições procuram sempre encenar os temas que as motivam, valorizando museologicamente os documentos apresentados.

De referir, nos últimos anos, entre outras, exposições sobre escritores como Fernando Pessoa ou Cesário Verde, sobre os surrealistas ou os anarquistas, sobre os cartazes de propaganda salazarista, sobre livros de cozinha ou sobre a moda nas revistas do princípio do século.

Em 1988 foi criado na Biblioteca Nacional um Museu do Livro, com exposição permanente, mas regularmente renovada, sobre a história do livro, na qual vão sendo apresentados os mais importantes manuscritos e impressos ali existentes.

No corrente ano, a propósito da edição de um álbum de luxo intitulado "Tesouros da Biblioteca Nacional" (edição da Inapa), foi montada uma exposição sob aquela designação, na qual se exibiram as mais ricas e importantes espécies do património da Biblioteca Nacional, justamente saudada pelo público e pela Imprensa.

A Biblioteca Nacional publica regularmente edições facsimiladas de obras do séc. XVI, postais e reproduções de cartografia antiga, que servem para divulgar junto do grande público o seu património escrito e gráfico.

Relativamente aos seus fundos antigos, a BN já editou o "Catálogo de Incunábulos", organizado por M. Valentina Mendes (Lisboa, 1988) e o "Catálogo dos Impressos de Tipografia Portuguesa do século XVI", organizado por M. Alzira Simões (Lisboa, 1990), instrumentos de trabalho imprescindíveis para quem trabalha nesta área. As 928 espécies portuguesas do séc. XVI têm já os seus registos integrados na Base Nacional de Dados Bibliográficos - PORBASE, e em breve os registos dos 1359 incunábulos (dos quais 14 são portugueses) pertencentes à BN também aí serão inseridos.

A Biblioteca Nacional publica ainda uma revista semestral ("Revista da Biblioteca Nacional") que reúne inúmeros artigos e estudos relativos ao seu acervo.

Um outro aspecto importante do património escrito à guarda da BN diz respeito à sua colecção de espólios literários.

Nos últimos dez anos, por doação ou compra, a BN adquiriu espólios de 65 escritores, constituindo um autêntico arquivo da literatura portuguesa contemporânea.

São cerca de 500 mil manuscritos, cartas e documentos avulsos, preservados e tratados com os maiores cuidados e postos sem entraves à disposição dos investigadores⁶.

Dois casos recentes mostram bem a importância destes espólios:

- De Eça de Queirós foi publicada a partir dos originais manuscritos existentes na BN, a edição crítica do seu romance "A Capital", que difere completamente da primeira edição impressa da obra, publicada postumamente, com profundas alterações, por um filho do escritor⁷.
- De Fernando Pessoa foi possível provar que não tinha sido ele o autor de uma biografia romanceada editada recentemente, na Itália, com o título "Eliezer", que lhe tinha sido atribuída. A análise do seu espólio demonstrou que Pessoa apenas tinha sido o tradutor da autobiografia de um seu amigo judeu, que esteve na origem da edição italiana erradamente atribuída ao poeta.

A Biblioteca Pública Municipal do Porto realiza igualmente exposições de grande qualidade, dedicando especial atenção à história da cidade ou à imprensa local, aproveitando também alguns importantes espólios que possui, como os de Camilo, Eça de Queirós, Júlio Dinis ou de Alberto Serpa.

Além de uma revista intitulada "Bibliotheca Portucalensis", publicou o "Catálogo das publicações em série (1641-1833)", o catálogo da sua colecção de postais e um inventário dos incunábulos, para além de um álbum de gravuras da cidade, do séc. XIX.

De realçar que a BN e a BPM Porto colaboram regularmente entre si, em especial fazendo intercâmbio de exposições.

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, além de exposições sobre o seu fundo antigo, editou o "Catálogo das publicações periódicas portuguesas: 1641-1926" e organiza excelentes bibliografias.

A Biblioteca Pública de Braga organiza exposições a partir do seu fundo antigo, colecções especiais ou sobre o fundo local (almanaques, imprensa estudantil, cartazes) e colabora activamente com museus e com o Arquivo Distrital, cedendo espécies para exposições que servem simultaneamente para divulgar o seu património. Organizou ainda uma exposição e publicou um catálogo sobre um fundo especial relacionado com as invasões francesas e guerra peninsular (Fundo Barca-Oliveira).

Por todo o país, as novas bibliotecas, que estão a integrar a Rede de Leitura Pública, promovem a realização de exposições, privilegiando essencialmente os fundos locais e espólios literários, assim dando a conhecer o seu património escrito ao grande público.

4.2 ESTRATÉGIAS E ACÇÕES

Em Portugal, como noutros países, tenta-se explicar ao público o que é, como é constituído, para que serve o património escrito, de modo a que ele por todos seja reconhecido e valorizado.

Já vimos o que fazem as grandes bibliotecas, mas outras instituições relacionadas com o livro, a leitura ou a criação literária promovem iniciativas com aqueles objectivos, de que referirei apenas algumas.

O Instituto Português do Livro e da Leitura, p. ex., em 1987, aquando do 5.º centenário do 1.º Livro Impresso em Portugal, concebeu uma exposição comemorativa ("O livro, nosso parceiro") que percorreu todo o país e serviu para divulgar os aspectos mais importantes do património bibliográfico português.

A comemoração de efemérides ou as grandes exposições internacionais servem de pretexto para a realização de iniciativas de divulgação desse património que se traduzem p. ex. na publicação de edições fac-similadas. É o caso concreto da Europália (Bruxelas, 1991), da XVII.ª Exposição de Arte,

Ciência e Cultura do Conselho da Europa (Lisboa, 1983) ou da Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, que têm permitido a reedição de obras primas da tipografia portuguesa e a realização de exposições em que o património escrito e a cartografia ocupam sempre lugar de honra.

Igualmente a Imprensa Nacional pratica uma política editorial em que é reservado um importante lugar às edições facsimiladas de grandes obras da cultura portuguesa, desde os incunáveis às do século XX.

Uma editora comercial ("Contexto"), com o apoio do IPLL, tem também publicado edições facsimiladas de algumas revistas literárias do primeiro quartel deste século.

Digna de referência é ainda a publicação em curso da "História da Edição Portuguesa", da autoria de Artur Anselmo, doutorado pela Sorbonne em 1980 com uma tese sobre "As origens da imprensa em Portugal", obra editada também em França (1983).

Instituições particulares têm divulgado os seus fundos mais preciosos, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que publicou há meses o seu "Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI" (Lisboa, 1992).

Criado recentemente em V.F. de Xira, sob a égide do romancista Alves Redol, o Museu do Neo-realismo procura reunir espólios literários, artísticos e documentação sobre este movimento de grande importância cultural e mesmo política. Em Julho de 1992 promoveu uma exposição sobre o escritor Carlos de Oliveira, em Lisboa.

Algumas destas iniciativas são acompanhadas de operações de promoção das obras, com sessões públicas de lançamento a cargo de especialistas e publicidade na imprensa e na televisão, valorizando sobremaneira estas actividades de divulgação do património escrito português.

4.3 DOIS CASOS ESPECIAIS

O Museu Nacional de Literatura, criado pela Secretaria de Estado da Cultura no Porto, em 1983, é para já uma experiência falhada ou, pelo menos adiada.

Acolhido com alguma desconfiança pelas bibliotecas, pois vinha disputar-lhes um espaço que consideravam seu, reuniu um acervo constituído pela compra de espólios literários e artísticos e pela doação ou depósito de peças e documentos de escritores contemporâneos e coleccionadores particulares.

O Museu de Literatura organizou sete exposições cumprindo a sua missão de divulgação da obra de escritores portugueses (Camilo, A. Nobre) e estrangeiros (B. Cendrars, G. Grass) ou de movimentos literários, como o da "Presença".

Funcionou até 1988, encontrando-se agora encerrado por falta de pessoal

e de meios, embora não tenha sido oficialmente extinto. Porém o seu património está a degradar-se e alguns escritores já reclamaram a documentação que nele tinham depositado ⁸.

Situação diferente é a do Centro de Documentação 25 de Abril, criado em 1984 pela Universidade de Coimbra, que visa reunir documentos e materiais únicos, dispersos por todo o país, sobre aquele período decisivo da história contemporânea portuguesa.

Este é um caso evidente de um património dos nossos dias que importa conservar, de uma "memória das coisas" materializada em milhares de documentos escritos ou impressos que nos contam a nossa história recente, que devem ser estudados, divulgados e valorizados, para que ela tão cedo não seja esquecida.

O Centro de Documentação 25 de Abril, para além da recolha e organização dos documentos que vai adquirindo, já editou uma bibliografia sobre o tema ("A revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974", por R. Chilcote, Coimbra, 1987), organizou uma grande exposição evocativa de que resultou um vídeo e publica regularmente um boletim informativo que dá a conhecer as últimas aquisições bibliográficas, as investigações realizadas ou em curso, as actividades desenvolvidas ⁹.

4.4 CASAS DE ESCRITORES

As casas de escritores são um dos meios mais seguros para conservação e valorização do património escrito de figuras importantes da literatura de um país.

Sob a responsabilidade de autarquias ou fundações (que normalmente reúnem herdeiros ou familiares desses escritores), são objecto, na maior parte dos casos, de um grande culto por parte das populações, que se orgulham de a sua terra ter sido berço ou morada dessas figuras.

Reunindo nomeadamente os espólios literários de escritores, estão na origem de edições críticas, publicação de correspondência, edição de revistas, realização de colóquios e conferências, inscrevendo-se nos roteiros do turismo cultural de uma região.

Em Portugal, escritores como Camilo Castelo Branco (V.N. Famalicão), Eça de Queirós (Baião), Teixeira de Pascoais (Amarante), José Régio (Vila do Conde), Fernando Namora (Condeixa), Aquilino Ribeiro (Viseu), Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis), etc. habitaram casas que hoje são museus e que cumprem um importante papel na divulgação e valorização das suas obras.

4.5 O PATRIMÓNIO ESCRITO CONTEMPORÂNEO

Parte do que se escreve, do que se cria, do que se produz hoje, poderá constituir uma parcela do património escrito do futuro.

As bibliotecas nacionais ou as que beneficiam do Depósito Legal garantem a sua conservação, mas esta missão não pode ser apenas seu exclusivo.

Nos últimos anos devido ao desenvolvimento das redes de leitura pública, tem-se insistido mais na comunicação do que na conservação, mas a preocupação patrimonial deve manter-se viva no espírito dos bibliotecários.

A constituição dos fundos locais, reunindo todo o tipo de documentos quer do passado de uma comunidade, nos seus mais variados aspectos, quer do seu quotidiano, pode servir de ponto de partida para que a memória da vida local seja conservada e valorizada ¹⁰.

Há actividades de animação como p. ex. os encontros com escritores, que são pretexto para a reconstituição das suas bibliografias, permitindo recuperar primeiras edições, obras de juventude repudiadas ou publicações periódicas de circulação restrita que as bibliotecas municipais deverão conservar.

Um caso curioso verifica-se em Portugal relativamente aos livros proibidos durante o regime fascista (1926/1974).

Depois do 25 de Abril de 1974 foi publicada a lista das obras abrangidas pela Censura, que não podiam circular no país ¹¹. As próprias bibliotecas beneficiárias do Depósito Legal, onde elas davam entrada, tinham instruções que proibiam que esses livros fossem dados à consulta.

Hoje, fazendo-se uma pesquisa nos seus catálogos, não se conseguem localizar pelo menos 25% dessas obras ¹²: teriam sido destruídas, nunca foram tratadas ou apenas as suas fichas retiradas dos catálogos, para impedir a consulta?

Para já, é um património perdido nas próprias bibliotecas ou então apenas existente na mão de particulares, que urge localizar, pois trata-se de documentos importantes para o conhecimento de um dos períodos mais negros da história portuguesa.

5. PATRIMÓNIO CULTURAL E “MEDIAS”

A liberdade de expressão e de associação em Portugal só foi possível após o 25 de Abril de 1974 e a implantação da Democracia.

Perdidas a Fé e o Império, desviados (acalmados) os ímpetus revolucionários do 25 de Abril e mortas algumas das ilusões criadas, Portugal voltou-se para si próprio, procurou a sua identidade, tratou de recuperar as suas

raízes nacionais e europeias.

Surgem assim, já perto do final da década de 70, as preocupações pelo Património Cultural, traduzidas num forte movimento de criação de associações de defesa, estudo e divulgação do património cultural (150 associações em 1982).

A arqueologia, a arquitectura, o urbanismo, a cultura popular e mais tarde os problemas ecológicos e de qualidade de vida movimentam milhares de portugueses, que denunciam agressivamente os atentados cometidos, estudam monumentos e sítios, defendem e divulgam todas as parcelas de um património constantemente ameaçado de destruição ou descaracterização.

A opinião pública começou a ser sensibilizada e para tal contribuiu significativamente a Imprensa, sobretudo escrita, que deu guarida e apoiou declaradamente esta necessária intervenção cívica.

Nos últimos anos devido a algum desencanto motivado pelo desinteresse ou actuações muito discutíveis de algumas autarquias e dos departamentos da Secretaria de Estado de Cultura ligados a esta problemática, o movimento esmoreceu, mas a semente ficou lançada e as populações mantiveram-se sensibilizadas e atentas.

De qualquer modo, a Imprensa continuou a prestar a maior atenção aos problemas patrimoniais, embora algumas vezes tal se fique a dever apenas às polémicas em que se têm envolvido a Secretaria de Estado da Cultura ou algumas autarquias.

Mas há jornais que abordam de forma séria e sistemática esta questão, destacando-se o jornal diário "Público" e o semanário "Expresso", para além do "Jornal de Letras", semanário dedicado à literatura e áreas culturais.

Será justo referir ainda a revista "Ler", trimestral, de qualidade gráfica excepcional.

A implantação e divulgação da Rede de Leitura Pública ou o conhecimento dos problemas com que se debate a Biblioteca Nacional muito ficaram a dever à abordagem que deles fez a Imprensa.

Por outro lado a Imprensa Regional e Local dedica grande espaço às questões do património cultural, quer a nível de jornais quer das rádios.

O património bibliográfico não é esquecido e muito regularmente surgem notícias ou artigos que a ele se referem.

Tem havido uma relação muito intensa entre as bibliotecas públicas e municipais e a Imprensa local, de que posso citar alguns exemplos.

Em Braga, quando a Biblioteca Pública comemorou o 150.º aniversário da sua criação (12 Julho 1991) o jornal diário "Correio do Minho" dedicou-lhe um suplemento especial sobre a história, fundos, projectos, e depoimentos diversos; ao Congresso dos BAD, realizado em Março em Braga, também foi dedicado um caderno pelo semanário "Minho" (28 Fev. 1992).

A inauguração da Biblioteca Municipal de V.N. de Famalicão ficou assinalada com um suplemento de um semanário local, "Opinião Pública" (3 Junho 1992).

A Biblioteca Municipal de Setúbal é responsável semanalmente por uma página no "Actual", enquanto a Biblioteca Municipal de Abrantes produziu um programa de rádio.

O catálogo de uma exposição sobre a imprensa do Porto, organizada pela Biblioteca Pública Municipal da cidade, foi publicado como suplemento pelo "Jornal de Notícias", um dos mais importantes diários portugueses.

Os jornais e rádios de todo o país divulgam sempre notícias detalhadas de actividades de animação, publicações e outras iniciativas das bibliotecas e os jornalistas costumam estar presentes nas inaugurações de exposições, encontros com escritores, etc., promovidos por elas.

São normalmente excelentes as relações entre as Bibliotecas e a Imprensa, e os jornalistas recorrem a elas com frequência para se documentarem ou informarem.

Também é vulgar alguns bibliotecários colaborarem nos jornais locais ou em programas de rádio, dando conta da riqueza dos fundos bibliográficos das suas bibliotecas, referindo aspectos da história local a partir de manuscritos e impressos nelas conservados ou, simplesmente divulgando as aquisições mais importantes.

Enfim, as bibliotecas portuguesas têm encontrado o melhor acolhimento por parte da Imprensa, que se encontra sensibilizada, p. ex., para a importância da Rede de Leitura Pública ou para os problemas da conservação e divulgação do património bibliográfico.

Indubitavelmente que a credibilidade e a importância que hoje é reconhecida às bibliotecas portuguesas muito têm ficado a dever à Imprensa.

6. PALAVRAS FINAIS

Termino evocando, com ligeiras alterações, um excerto significativo das "Conclusões do 2.º Encontro das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural", realizado em Braga em 1981¹³:

Os povos são como as árvores.

Se cortam com as suas raízes, mais tarde ou mais cedo secam, tornam-se dependentes, paralisam. Morrem.

Defender, salvaguardar o património cultural (na sua forma de património escrito) é como que proteger as raízes de uma árvore – é garantir, mais do que o seu presente, o seu alimento, a sua sobrevivência.

Dar uma nova vida ao património não é só salvar o nosso passado – é validar o nosso bilhete de identidade, a entrada no futuro.

NOTAS

¹ CABRAL, Maria Luísa – *Editorial*. "Cadernos BAD", Lisboa, 2, 1992, p. 5-6.

² SOUSA, Isabel – *Bibliomedia, patrimoine écrit et graphique, une contribution regionale*. "Les Cahiers de Cooperation", Valence, 11, Sept. 1992, p. 61-70.

³ PARENTE, Celina et al. – *O projecto de salvaguarda, revitalização e difusão do património bibliográfico* in CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 – "A integração europeia: um desafio à informação: actas", Coimbra, Liv. Minerva, 1987, p. 615-625.

⁴ PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Biblioteca Nacional*. Lisboa, BN, 1990, desdobr.

⁵ PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Preservação e conservação*. Lisboa, BN, 1992, desdobr.

⁶ LETRIA, José Jorge – *A grande área da memória*. "Jornal de Letras", Lisboa, 9 Abr. 1991, p. 6-7.

⁷ DUARTE, Luis Fagundes – *Para a edição crítica de "A Capital!" Queirosiana*, Baião, 1, Dez. 1991, p. 77-93.

⁸ SANTOS, Mário – *Que fazer com o Museu de Literatura?*. "Público", Lisboa, 9 Jul. 1992, p. 28.

⁹ UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Centro de Documentação 25 de Abril*. Coimbra, Universidade, 1984, desdobr.

¹⁰ NUNES, Henrique Barreto – *A biblioteca e a memória da vida local*. "Boletim Cultural", V.N. Famalicão, 9, 1989, p. 91-96.

¹¹ PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – *Livros proibidos no regime fascista*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981.

¹² ALVIM, Luisa – *Livros proibidos no regime fascista: bibliografia*. Braga, 1992. Disponível na Biblioteca Pública de Braga e na Fac. Letras do Porto.

¹³ ENCONTRO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL, 2, Braga, 1981 – *Conclusões*. Braga, ASPA, 1981, p. 6.

(ANEXO)

Presidência do Conselho de Ministros
Inventário do Património Cultural Móvel

*INVENTÁRIO DOS FUNDOS BIBLIOGRÁFICOS
DE VALOR CULTURAL EXCEPCIONAL*

1. . Biblioteca _____
- 1.1. Fundos _____
(Indicar a eventual existência de colecções distintas, com designações específicas)
2. . N.º de obras a inventariar
- 2.1. Manuscritos de biblioteca (de carácter literário, científico, historiográfico, genealógico, etc.)
- 2.1.1. Códices iluminados _____
- 2.1.2. Códices decorados não iluminados _____
- 2.1.3. Códices não decorados _____
- 2.1.4. Fragmentos de códices iluminados _____
- 2.1.5. Fragmentos de códices não iluminados _____
- 2.1.6. Documentos avulsos (ex.: correspondência, etc.) _____
- 2.2. Manuscritos de arquivo (provenientes de instituições (administração local, central, notariais, judiciais, etc.), famílias, personalidades, etc.)
- 2.2.1. Arquivos institucionais _____
- 2.2.2. Arquivos de família _____
- 2.2.3. Arquivos pessoais _____
- 2.2.4. Códices iluminados _____
- 2.2.5. Códices não iluminados _____
- 2.2.6. Fragmentos de códices iluminados _____

- 2.2.7. Fragmentos de códices não iluminados _____
- 2.2.8. Documentos avulsos (diplomas, cartas, etc.) _____
- 2.3. Manuscritos e impressos musicais
 - 2.3.1. Cantochoão _____
 - 2.3.2. Polifonias _____
- 2.4. Incunábulos (até 1500 inclusivé) _____
- 2.5. Livros do século XVI _____
- 2.6. Livros do século XVII _____
- 2.7. Livros do século XVIII (até 1800 inclusivé) _____

(Destes livros é favor fotocopiar a página do título e, eventualmente, as seguintes que contenham outros elementos a considerar numa catalogação sumária por ordem decrescente de importância: licença, colofon, outras páginas em que existam elementos complementares da página de título).

Informação suplementar sobre outro material bibliográfico existente na Biblioteca:

- 3.1. Número de títulos de periódicos até fins do século XIX _____
- 3.2. Material não livro
 - 3.2.1. Gravuras _____
 - 3.2.2. Ex-libris _____
 - 3.2.3. Cartazes _____
 - 3.2.4. Postais ilustrados _____
 - 3.2.5. Desenhos _____
 - 3.2.6. Fotografias _____
 - 3.2.7. Outros (especifique) _____
- 3.3. Material cartográfico
 - 3.3.1. Mapas _____
 - 3.3.2. Planos _____
 - 3.3.3. Atlas _____
 - 3.3.4. Outros (especifique) _____

3.4. Material não bibliográfico

3.4.1. Moedas _____

3.4.2. Medalhas _____

3.4.3. Matrizes de gravura (madeira, cobre, etc.) _____

3.4.4. Outros (especifique) _____

4. Outras informações consideradas úteis:

(indicar, por exemplo, fundos bibliográficos privados de especial importância ou significado, eventualmente existentes na área)

5. Comentários e sugestões:
